



OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Revista

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe · IEALC

ISSN 1853-2713

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/observatoriolatinoamericano/>

Volumen 5 · Número 1 (enero-junio, 2021)

Raúl Prebisch e o desenvolvimento da América Latina: entre o passado e o futuro

Jales Dantas Da Costa, Vinícius Figueiredo Silva
y Tiago Moraes Silva

RECIBIDO: 30 de abril de 2021
APROBADO: 15 de junio de 2021

Raúl Prebisch e o desenvolvimento da América Latina: entre o passado e o futuro

Jales Dantas Da Costa
jalesdc@gmail.com

Vinícius Figueiredo Silva
viniciusto2@gmail.com

Tiago Moraes Silva
tiagomoraessilva99@gmail.com

Resumen

O objetivo deste artigo é discutir à luz das contribuições de Raúl Prebisch a trajetória histórica da América Latina e seus desafios contemporâneos. Para tanto, abordamos na primeira parte, as principais ideias do conjunto fundamental dos escritos prebischianos. Em especial, seus trabalhos pioneiros que fundamentaram o programa inicial da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e que constituem as proposições básicas da teoria estruturalista sobre o subdesenvolvimento latino-americano. Em seguida, descrevemos brevemente as trajetórias de “desenvolvimento” de longo prazo na região, desde o modelo primário-exportador voltado “para fora”, passando pela fase de adesão (imposição) da agenda neoliberal, até o período mais recente, marcado pela ofensiva contrarrevolucionária. Por fim, levando em consideração as lições de Prebisch, apresentamos um panorama das realidades econômicas e sociais na região, traçando alguns apontamentos acerca dos desafios que se colocam na atualidade.

Palabras clave: *América Latina – Raúl Prebisch – economia política – desenvolvimento*

Abstract

The purpose of this article is to discuss the historical trajectory of Latin America and its contemporary challenges in light of Raúl Prebisch's contributions. To do so, we first addressed the main ideas of the fundamental set of Prebischian writings. In particular, we referred to his pioneering productions that founded the initial program of the Economic Commission for Latin America (ECLAC), and that constitutes the basic propositions of structuralist theory about Latin American underdevelopment. Then, we briefly described the long-term “development” trajectories in the region: from the primary-export model turned “outward”, through the adherence (imposition) phase of the neoliberal agenda, and the most recent period, marked by the counter-revolutionary offensive. Finally, taking Prebisch's lessons into account, we present an overview of the economic and social realities in the region, outlining some notes about the challenges posed today.

Keywords: *Latin America – Raúl Prebisch – political economy – development*

1. Introdução

O argentino Raúl Prebisch (1901-1986) é considerado um dos maiores economistas do seu tempo. Suas contribuições metodológicas e teóricas¹ continuam a fazer parte das bases de vários debates que se estendem até os dias atuais na economia política. Com seu método de estudo profundamente arraigado nas problemáticas específicas da região, Prebisch idealizava na CEPAL um ambiente propício de acolhimento de intelectuais e estadistas que não encontrassem oportunidade para realizarem suas pesquisas em universidades e outros centros de estudo da região.

Diante destes princípios, enquanto membro da Comissão, pôde desenvolver com certo grau de liberdade suas teses. Questionava a validade da divisão internacional do trabalho enraizada sobre os matizes da teoria ricardiana das vantagens comparativas; as limitações da industrialização periférica e sua incapacidade de apropriação do progresso técnico; bem como, os desequilíbrios do balanço de pagamentos provocado pelo baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos e seus impactos sobre as economias subdesenvolvidas. Além disso, em suas últimas obras, Prebisch enfatizou a ineficiência da opção neoclássica enquanto projeto de desenvolvimento. Para ele, tal orientação *“renuncia a los valores políticos democráticos”*² e não representava uma política internacional inspirada por uma visão de longo prazo que verdadeiramente sobrepunha as relações deletérias do esquema centro-periferia.

Reconhecendo a importância destas ideias e sua atualidade, o objetivo deste artigo é apresentar à luz das contribuições teóricas de Prebisch uma breve análise dos desafios que se colocam no período recente na América Latina. Para tanto, abordamos na primeira parte, suas principais ideias presentes no conjunto fundamental de seus escritos, em especial, seus trabalhos pioneiros que fundamentaram o programa inicial da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e que constituem as proposições básicas da teoria estruturalista sobre o subdesenvolvimento latino-americano. Em seguida, descrevemos brevemente as trajetórias de “desenvolvimento” de longo prazo na região, desde o modelo primário-exportador voltado “para fora”, passando pela fase de adesão (imposição) da agenda neoliberal, até o período mais recente, marcado pela ofensiva contrarrevolucionária. Por último, levando em consideração as lições prebischianas,

¹ No decurso de sua carreira, Prebisch acumulou a atividade acadêmica com outras funções profissionais. Foi subdiretor do Departamento de Estatísticas da Argentina (1925 a 1927), diretor de investigações econômicas do Banco de la Nación Argentina (1927 a 1930), subsecretário da Fazenda e Agricultura (1930 a 1932) e conselheiro dos ministros da Fazenda e Agricultura (1933 a 1935). A mais completa biografia do autor foi escrita por Edgar J. Dosman. Ver DOSMAN, Edgar J. Raúl Prebisch (1901-1986) – A construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Tradução de Teresa Dias Carneiro/César Benjamin, Contraponto Editora, 2011.

² Prebisch, Raul. *Cinco etapas de mi pensamiento sobre desarrollo*. Revista Comercio Exterior, vol. 37, núm. 5, México, mayo de 1987, p.352.

apresentamos um panorama das realidades econômicas e sociais atuais na região, bem como alguns apontamentos dos enormes desafios que se colocam na atual conjuntura.

2. A economia política de Raúl Prebisch e o sistema centro-periferia

Prebisch não só fez contribuições teóricas valiosas para o pensamento econômico. Suas ideias e ensinamentos também tiveram um impacto real nas economias em que suas recomendações de política e estratégia foram aplicadas. A incessante busca por explicar o atraso relativo dos países periféricos em relação a outras nações, fez com que desenvolvesse um rol de categorias que visavam entender os obstáculos encontrados por países latino-americanos e discutir as melhores formas de superação dos seus problemas.

Desde seus primeiros trabalhos, Prebisch chamou a atenção para a necessidade da construção de um plano teórico que associasse a integração econômica regional como um estágio superior do planejamento do desenvolvimento latino-americano. A implantação de todo tipo de indústria sem qualquer critério poderia gerar um alto grau de ineficiência industrial na América Latina, ampliando ainda mais a distância entre os níveis de produtividade da indústria do centro e da periferia (Prebisch, 1963).

Ao contrastar as economias centrais com as atrasadas, Prebisch buscava analisar os padrões de transformação que ocorreram nas economias latino-americanas. Mais precisamente, como as modificações provocadas pelo desenvolvimento dos núcleos industriais dinamizaram o conjunto de um sistema em formação. As mudanças estruturais não foram restritas aos países desenvolvidos. Na medida em que permitia anular certos entraves ao processo de acumulação no centro, a divisão internacional do trabalho originava um excedente. A combinação dessa forma de apropriação e dominação, condicionou a evolução subsequente das estruturas do sistema. (Love, 1998; Rodriguez, 2009).

Centros e periferias se constituem historicamente como resultado da forma como o progresso técnico se difundiu na economia mundial³. A agudeza dessas discrepâncias pode ser observada no fato de que a periferia possui uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países centrais.

De acordo com Prebisch, a industrialização tardia da América Latina, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, resultou dos desequilíbrios gerados pela distribuição não equitativa dos frutos do progresso tecnológico entre países. As disparidades no processo de acumulação ao repercutirem nas estruturas sociais engendraram uma heterogeneidade, cujos efeitos seriam suficientes para comprovar que existia no sistema

³ Ver Prebisch, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. RJ: Fundo de Cultura, 1963.

capitalista uma tendência estrutural a concentração de renda em benefício dos países de organização social mais avançada. Com maior ou menor intensidade, as relações decorrentes desse sistema mundial hierarquizado e desigual, marcado pela diversidade de comportamento das economias exportadoras de produtos primários frente às economias exportadoras de produtos industriais, alterou basicamente os fatores que haviam condicionado seu desempenho (Prebisch, 1949; Prebisch, 1963; Bielschowsky, 2000).

Dada sua condição periférica, a América Latina sentia duramente os efeitos da penetração acelerada da técnica. As relações de poder que se configuraram por intermédio dessa dualidade se expressavam num conjunto de transformações: na maneira de produzir, na estrutura da economia e principalmente na estrutura social⁴. Com o avanço técnico, expandia-se não apenas o poder tecnológico, mas também o poder das empresas transnacionais que, além de implantarem nesses países seus métodos de produção, difundiam o padrão de consumo de suas matrizes. A continuidade desse novo estágio de difusão do progresso técnico estaria fortemente atrelada aos problemas característicos das economias periféricas, tais como: o desemprego estrutural, o desequilíbrio externo, a inflação e a deterioração dos termos de intercâmbio (Prebisch, 1981).

O desemprego adquiria graves projeções sociais não apenas no setor industrial, mas também na agricultura, setor heterogêneo por excelência, já que aí se originava e concentrava grande massa de trabalhadores de produtividade muito baixa (Prebisch, 1949). Simbolizava a própria heterogeneidade social da periferia⁵ que tendia a persistir mesmo durante o processo de industrialização. Segundo Prebisch, para minimizar os efeitos destas tendências perversas, era preciso estimular os países da periferia a promover mudanças substantivas em sua estrutura produtiva, com vistas a reorientá-la para a produção de bens que promovessem uma maior expansão da demanda e oferecessem maiores possibilidades de mudança tecnológica, de modo que a industrialização ocupasse o papel de pré-requisito para o desenvolvimento da periferia (Prebisch, 1949). Em outros termos, Prebisch acreditava que por meio da industrialização seria possível aumentar a eficácia produtiva e reparar com o tempo o desequilíbrio da renda entre os núcleos do sistema, inclusive na produção primária.

⁴ Em artigo publicado na revista da Cepal em 1976, intitulado "*Crítica al capitalismo periférico*" (época em que ainda exercia o cargo de diretor da revista da Cepal), Prebisch examinaria as consequências das relações de poder que emergem desta estrutura da sociedade determinada, em última instância, pela concentração de renda. Ver Prebisch, Raúl. *Crítica al capitalismo periférico*. In: *Revista de la Cepal, primer semestre, 1976*.

⁵ "A heterogeneidade estrutural joga um papel-chave na explicação da tendência ao desemprego, peculiar às economias periféricas. Pode-se considerar que a coexistência de setores modernos e atrasados afeta as variáveis demográficas, refletindo-se numa alta taxa de aumento da população e da população ativa. Por outro lado, a maior proporção da força de trabalho ocupada nas atividades arcaicas eleva o ritmo de crescimento da oferta global de mão-de-obra, em relação ao emprego no setor moderno. A expansão da demanda tende a ser insuficiente, em comparação com o forte ritmo de aumento da oferta: o esforço de poupança só se realiza neste último setor, cujas dimensões e níveis de renda média são relativamente pequenos" (Rodrigues, 1981: 104).

A industrialização absorve uma parte da população disponível e contribui para que uma outra parte seja absorvida em atividades correlatas, como os transportes e o comércio, que se desenvolvem paralelamente a ela. Além disso, o aumento da produtividade média em que se manifesta o processo de industrialização, juntamente com o aumento de produtividade determinado pelo aperfeiçoamento das técnicas na produção primária, eleva a renda per capita e traz consigo uma demanda crescente de serviços, com o que surgem novas fontes de ocupação. A industrialização, portanto, está ligada a fenômenos distintos de um outro gênero, que são próprios do crescimento (Prebisch, 1951: 185).

A despeito de todas essas considerações, Prebisch não descarta a importância da exportação e produção de produtos primários. Reconhecia que para promover o desenvolvimento das forças produtivas na periferia, seria fundamental que a industrialização caminhasse *pari passu* com a modernização do setor primário⁶ em busca da autossuficiência. Assim como Celso Furtado, Prebisch acreditava que com o progresso técnico e uma adequada legislação social era possível elevar o salário real, corrigindo gradualmente o desequilíbrio de renda entre os centros e a periferia, sem gerar prejuízo dessa atividade econômica para estas economias (Silva, 2017).

Consciente de que a superação desses limites não ocorreria de maneira espontânea, Prebisch orienta acerca da importância do papel do Estado como um sujeito histórico capaz de prover o desenvolvimento nacional. O Estado enquanto “entidade abstrata não incorporada”⁷ deveria atuar firmemente para conduzir de forma planejada seus investimentos em prol do desenvolvimento desses países. Mas só o Estado seria capaz de financiar estas mudanças estruturais? De acordo com Prebisch não. Como o Estado não se identifica com interesses individuais, mas com a nação em sua totalidade.

A intervenção do Estado no desenvolvimento econômico da região responderia a circunstâncias econômicas, institucionais, políticas e sociais distintas daquelas que prevaleceram em outros países quando passaram por etapa similar. Em razão desses fatores, não descarta a necessidade do capital estrangeiro para financiar juntamente com o Estado, as mudanças estruturais nestes países:

[...] além da poupança atual, seria possível que investimentos estrangeiros bem encaminhados contribuíssem para o aumento imediato da produtividade por trabalhador. Assim, atingida essa melhora inicial, uma parte importante do aumento da produção serviria para a formação de capitais, em vez de se destinar a um consumo prematuro (Prebisch, 1949: 77).

O papel atribuído a este tipo de investimento seria complementar aos esforços internos, atuaria como “[...] *elo facilitador da superação das duas grandes dificuldades da periferia na*

⁶ Esse é um dos motivos que validam a defesa de Prebisch da reforma agrária. Ver CALDENTEY, Esteban; SUNKEL, Osvaldo & TORRES, M. Olivos. Raúl Prebisch (1901-1986): *Un recorrido por las etapas de su pensamiento sobre el desarrollo económico. CEPAL, Naciones Unidas, 2000.*

⁷ Prebisch, 1963: .31.

consecução da transformação latino-americana: o acesso à tecnologia e o financiamento do balanço de pagamentos” (Rodrigues, 2006: 22). Mas esta dupla função, designada ao financiamento externo, seria concebida como necessariamente transitória. Nessas condições, quanto maior fosse o esforço nacional para produzir os artigos mais simples, por meio do investimento de recursos internos, menor seria a necessidade de recorrer ao capital estrangeiro⁸.

2.1. Vulnerabilidade externa e deterioração dos termos de intercâmbio

Durante muito tempo, a ideia das vantagens comparativas foi a base teórica para que a economia global se configurasse em torno de uma estrutura especializada em que o comércio entre os países produtores de bens primários e de bens industriais seria o responsável por levar os ganhos de eficiência para ambos os polos do sistema econômico. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguiriam sua parte correspondente desse fruto. Desse modo, não haveria motivos para industrializar-se, até porque, “[...] sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio” (Prebisch, 1949: 71).

Para Prebisch, a teoria das vantagens comparativas e seus intérpretes representa visão equivocada do processo de desenvolvimento latino-americano. Isto porque, ao contrário do que previam, o aprofundamento da especialização produtiva dos países periféricos ao contexto da divisão internacional do trabalho não havia promovido difusão equitativa dos benefícios do progresso técnico como se esperava.

A deterioração dos termos de troca entre os países periféricos e centrais, que decorre das diferenças entre produtos industrializados e básicos, obrigava os primeiros a exportar um número cada vez maior de produtos básicos para obter a mesma quantidade de bens industrializados. Assim, os países da periferia da economia mundial, especializados na produção de matérias-primas e alimentos, contavam com setores exportadores pouco dinâmicos de baixa produtividade e abundância de mão de obra pouco qualificada em condições de vida próximas ao nível de subsistência (Silva, 2017).

Diante disso, Prebisch (1949) apresenta sua contraposição aos clássicos, mostrando através da análise dos movimentos cíclicos da economia que o progresso técnico e ampliação da escala de produção nem sempre suscitam uma diminuição real do preço final dos produtos industrializados. O ciclo mundial era impulsionado pelos países desenvolvidos,

⁸ Para Prebisch o principal objetivo seria alcançar a autonomia tecnológica por parte do setor empresarial nacional, correspondendo ao capital estrangeiro o papel de coadjuvante, não de agente dominante no processo de aprendizado. Ver PREBISCH, Raúl. Transformação e desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

mais especificamente por seu centro cíclico, dado a repercussão do seu poderio econômico no cenário internacional. Como outrora foi a Grã-Bretanha, os Estados Unidos haviam se consolidado como centro cíclico da economia mundial.

O desenvolvimento da produtividade daquele país afetou intensamente o comércio exterior, as transações monetárias e o ritmo de crescimento econômico dos outros países do mundo. Conseqüentemente, os países da América Latina, extremamente sensíveis aos abalos no centro cíclico, estariam então sujeitos a influência dos impulsos do sistema centro-periferia. No ciclo econômico ascendente, os preços dos produtos primários tendem a aumentar mais do que o dos produtos industrializados; entretanto, esse ganho seria insuficiente para repor as perdas geradas na fase descendente. Isso ocorreria, de acordo com Prebisch, porque *"[...] uma parte dos lucros vai-se transformando em aumento de salários, em virtude da concorrência dos empresários entre si e da pressão exercida em todos eles pelas organizações trabalhistas"* (Prebisch, 1949: 87).

Na fase descendente do ciclo, efetiva-se um visível prejuízo para os países periféricos. Com a contração dos lucros, os produtos primários estão sujeitos às oscilações no mercado internacional e são submetidas a uma posição muito mais desfavorável. Essa pressão tende a deslocar-se com força maior para a periferia, pelo *"[...] fato de não serem rígidos os salários ou os lucros no centro, em virtude das limitações da concorrência. Assim, quanto menos a renda pode contrair-se no centro, mais ela tem que fazê-lo na periferia"* (Idem: 87-88).

Ao identificar estas tendências e bloqueios ao desenvolvimento econômico intrínseco à condição periférica, Prebisch abriria portas para o surgimento da teoria do subdesenvolvimento, que seria desenvolvida ao longo dos anos posteriores sob aporte da dinâmica das estruturas produtivas da América Latina em reciprocidade com as especificidades históricas deste território.

3. A América Latina entre o passado e o presente

As estruturas produtivas primário-exportadoras latino-americanas foram firmadas ao longo dos séculos pela conquista e inserção da região no sistema de divisão internacional do trabalho e no comércio externo. O quadro geral das estruturas tradicionais fora: da agricultura tropical (Brasil, Caribe), com terra e trabalho extensivos e escassa tecnologia; das agriculturas temperadas (Argentina, Chile, Uruguai), com uso extensivo da terra, mas com maior tecnificação; e da mineração (México, Peru, Chile, Bolívia), com pouco trabalho e uso intensivo de capital. São essas as bases de nossa dependência e subdesenvolvimento que tanto moldou e influenciou as concentrações de terras, a conformação das elites agrárias e do capital externo, as estruturas do mercado de trabalho,

salários, distribuições e usos das rendas, o papel do Estado etc.⁹

O “modelo exportador”, vigente nas economias latino-americanas em geral durante séculos, entrou em colapso com a Grande Depressão de 1929. A profundidade do desequilíbrio externo levou governos da região a adotarem uma série de medidas, entre elas, restrições e controle de importações, elevação da taxa de câmbio e a compra de excedentes ou financiamento de estoques, visando defender o mercado interno dos efeitos da crise no mercado internacional, do que resultou num estímulo considerável à produção interna e na irradiação de um “novo modelo de desenvolvimento”, intitulado por Tavares (1972) de “substituição de importações¹⁰”, novo paradigma desenvolvimentista latino-americano.

3.1. O período desenvolvimentista

O que passou a caracterizar esse novo modelo de “substituição de importações” foi antes de tudo uma alteração nas “variáveis dinâmicas da economia”, onde ocorreu perda de importância relativa do setor externo no processo de formação da renda nacional e conseqüentemente, um aumento da participação e dinamismo da atividade interna. O setor externo não deixou de desempenhar papel relevante, mas houve mudança significativa de suas funções. Deixou de ser diretamente responsável pelo crescimento da renda através das exportações, e passou a ser decisivo no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos intermediários.

Ademais, as transformações substantivas nas estruturas produtivas se circunscreveram, quase que exclusivamente, ao setor industrial e atividades conexas. O setor primário, incluindo as atividades tradicionais de exportação, não fora alterado de modo sensível, preservando assim uma base exportadora precária e sem dinamismos. Já os novos setores dinâmicos apareceram e se expandiram no âmbito restrito dos mercados nacionais (Tavares, 1972).

O fato de boa parte da América Latina ter desatado, e quase ao mesmo tempo, processos de industrialização voltados para os mercados internos por essa via da substituição de importações, resultou não só na tentativa de se repetir aceleradamente à experiência de industrialização dos países desenvolvidos (em condições históricas muito distintas), mas

⁹ Ver FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 3° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. 2° ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

¹⁰ O Processo de Substituição de Importações (PSI) consistia num mecanismo idealizado pela CEPAL com a finalidade de buscar alternativas para alavancar o parque industrial de alguns países (inclusive o Brasil) e fortalecer o mercado interno. Ver TAVARES, Maria da Conceição. *Transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina*. In: TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

também na criação de estruturas produtivas similares, logo competitivas entre si (Tavares, 1972; Oliveira, 2006). Há ainda que se ressaltar que no plano regional foram poucos os países que lograram implantar projetos de industrialização para substituir as importações, que avançaram mesmo na produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital para os seus respectivos mercados nacionais. Foram os casos do México, do Brasil e da Argentina. Peru, Chile, Uruguai e Colômbia deram apenas “passos nessa direção”, enquanto os outros não conseguiram sair da estrutura primário-exportadora (Sader, 2009).

Não obstante a quebra do modelo tradicional e a passagem ao novo modelo, possibilitou maior autonomia e elaboração de projetos nacionais, expansão da capacidade de regulação de seus Estados, bem como, a promoção do desenvolvimento de suas forças produtivas (de diferentes maneiras e em graus diversos). Em particular, de suas atividades industriais, urbanização acelerada, fortalecimento de seus mercados internos, diversificação da produção interna e de maior retenção das riquezas criadas. Além disso, propiciou a constituição de classes sociais fundamentais e sobretudo, do caráter ascendente dos processos de mobilização social, de realização de políticas sociais, incluindo a maior participação popular na vida política. Contudo, toda a transformação das fisionomias nacionais e a industrialização por via da substituição de importações até o início dos 1960 se mostrou insuficiente para superar o subdesenvolvimento e suas mazelas.

Apesar de certa reversão estrutural, a industrialização até ali não havia eliminado a vulnerabilidade externa e a dependência; não conseguiria incorporar à maioria da população os frutos da modernidade e do progresso técnico. Ademais, não houve uma verdadeira ruptura entre padrões de consumo sofisticados sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos, tampouco a alteração substantiva no que diz respeito às desigualdades materiais. Assim, dentro deste contexto, as distâncias que separam os ricos dos pobres continuaram a permanecer como um dos nossos “calcanhares de Aquiles”.

Diante do ciclo ditatorial e dos golpes desatados nos anos 1960, a região passou a enfrentar, segundo Wilson Cano (2006), um duplo problema: o da necessidade de ampliar e diversificar sua estrutura de produtos exportáveis, diante o crônico problema de financiamento de longo prazo e de desequilíbrio no balanço de pagamentos; e da necessidade da continuidade da industrialização, o que para tanto levou os principais Estados da região a assumir a responsabilidade de garantir investimentos para a infraestrutura e criar indústrias básicas, notadamente para exportação de insumos básicos e produtos agroindustriais.

Frente aos estreitos limites econômicos internos de um lado, e das enormes facilidades oferecidas pelo capital financeiro internacional de outro, a adesão por essa segunda opção acabou por levar a região a um pesado esquema de endividamento externo. E no momento em que os EUA decidiram (a partir de fins de 1979) elevar brutalmente sua taxa de juros, impôs enorme estrago econômico coletivo, de quebra financeira de quase todos os países subdesenvolvidos e alguns socialistas. Foi dessa forma que “o sonho acabou” na perdida década de 1980.

3.2. A experiência neoliberal

A vulnerabilidade financeira das economias da região, fundamentalmente pelo peso de suas dívidas externas, fez com que a hegemonia da ideologia neoliberal arrebatasse com força o continente¹¹. Para realizar o projeto neoliberal seus artífices propuseram um conjunto articulado de cinco reformas estruturais no ordenamento sócio-político, com objetivo de instaurar uma sociedade assentada sob uma economia de mercado: a) implantar a retirada do Estado na esfera econômica, diminuindo o gasto público na criação de riqueza social; b) estabelecer a preeminência do capital privado no âmbito produtivo; c) impor a total abertura externa comercial e financeira; d) desenvolver a reforma do mercado de capitais eliminando as barreiras à livre circulação do mesmo; e) estabelecer um mercado de trabalho “livre”, permitindo a contratação flexível do trabalhador (Rosemann, 2006).

As recomendações do Consenso de Washington foram aplicadas por diversos governos da região, mesmo por aqueles eleitos com o discurso de buscar alternativas de política econômica. O avanço neoliberal atingiu praticamente todos os países da região nos 1990 e debilitou seus Estados de diversas formas: no enfrentamento dos monopólios, das transnacionais e das frações mais concentradas do capital; na dificuldade de introduzir ou sustentar regulamentações nos mercados; na adoção de políticas que garantisse o provimento de bens públicos; na aceitação da autonomia efetiva dos Bancos Centrais; na impossibilidade de romper com as políticas de “ajustes estruturais” - preconizadas por

¹¹ Depois da experiência dos países da OCDE, o leste europeu foi a segunda região a aplicar o programa neoliberal. Só mais tarde viria atingir a região da América Latina. O início do ciclo neoliberal na América Latina se deu dois anos após o golpe do general Augusto Pinochet no Chile (em 11 de setembro de 1973). As “reformas” aplicadas na Bolívia (depois de 1985) representam outra experiência prematura do neoliberalismo na região. Mas é com a chegada em 1988 do presidente Carlos Salinas de Gortari no México que ocorre a virada para um neoliberalismo latino-americano. Ela se prolonga em 1989 com a vitória de Carlos Menem na Argentina e a reeleição de Carlos Andrés Pérez na Venezuela, e em 1990 com a eleição de Alberto Fujimori no Peru. A versão brasileira do neoliberalismo, que deu os primeiros passos no final da década de 1980 ainda no governo de José Sarney, foi particularmente diferente dos outros países da região, isto porque no Brasil o neoliberalismo além de não poder contar com soluções de força, ainda teve de enfrentar uma forte burguesia industrial protegida pelo Estado e uma forte resistência do movimento social e político de esquerda. No Chile e Argentina, o neoliberalismo conseguiu se impor muito mais cedo, dado a derrota da esquerda e do movimento popular nestes países (Oliveira, 1995; Sader, 1995).

instituições internacionais (Banco Mundial, FMI e outras) - que reconcentravam renda, congelavam salários, privatizavam empresas, serviços públicos e a seguridade social (Boron, 2006).

Os resultados das reformas neoliberais na região foram decepcionantes: baixo crescimento; desindustrialização; maciça transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo; falência de pequenas e médias empresas; aumento do desemprego; precarização das relações de trabalho; ampliação do setor informal; e do espaço privado em detrimento do público; enfraquecimento da capacidade reguladora dos Estados; geração de enormes déficits públicos e elevação exponencial do endividamento público; desmantelamento dos serviços públicos e retração das políticas sociais; exclusão social; aumento da pobreza e da miséria; "fratura" das camadas médias; concentrações de renda e de patrimônio; crescimento das desigualdades; expansão da violência; fragmentação social e cultural; instabilidade política, etc.

A adoção do receituário do Consenso de Washington (abertura econômica, privatizações, desregulamentação e flexibilização) e seus resultados de um lado, e a agitação dos movimentos sociais e populares¹² de outro, fez com que a região ampliasse (desde 1998) espaços de vitórias eleitorais ao centro e à esquerda - Chávez (1998) na Venezuela, Lula no Brasil (2002), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vazquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Mauricio Funes em El Salvador (2009) -, e buscasse alternativas de caráter mais progressista ao vendaval do "desajuste global" e da "destruição não criadora"¹³.

3.3. O curto ciclo progressista e a contraofensiva de direita

As vitórias eleitorais da esquerda na América Latina, que em grande parte resultaram do colapso institucional e financeiro deixado pelos governos neoliberais, suscitaram várias esperanças sobre a possibilidade de mudança efetiva a partir da tomada do poder. Reunindo elementos com foco em políticas sociais, ampliação dos valores democráticos e intensificação do papel do Estado, se colocaram como um suspiro de resistência às propostas dos governos de direita.

¹² Diante de tal situação não surpreende a crescente agitação da resistência regional contra os efeitos do neoliberalismo sobre o sistema capitalista, sobretudo nesta região que se tornou símbolo das convergências dos movimentos sociais. Organizações camponesas, indígenas, movimentos de mulheres, coletivos militantes, organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais e juvenis, dentre outros, denunciaram os efeitos perniciosos das práticas neoliberais. Ver COSTA, Jales Dantas. *Novos movimentos sociais*. Revista Oikos, 2016, p.05-16.

¹³ Ver TAVARES, M. Conceição. *Destruição Não Criadora*. Rio de Janeiro: Record, 1999; TAVARES, M. Conceição & FIORI, J. Luís. *(Des)Ajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

Venezuela, Bolívia e Equador buscaram alternativas mais soberanas de forte atuação estatal nos setores produtivos, a exemplo do petrolífero e mineral, realização de reforma agrária e um desenvolvimento econômico com maior redistribuição de renda e inclusão social e política. Chegando mesmo a avançar na fundação de Estados plurinacionais, pluriétnicos e pluriculturais, e pondo em prática novas formas de representação política que vão muito além do formalismo liberal.

Outros países avançaram nos elos mais frágeis da cadeia neoliberal - pelas vias das políticas sociais e nos processos de integração regional, na recomposição da capacidade dos Estados para fins de promover regulações e retomar sua função de garantir e estender direitos sociais - durante os anos de maior expansão econômica internacional, anos esses mais favoráveis a obtenção de recursos oriundos do comércio exterior. Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai são exemplos de países que fortaleceram, em graus diversos, a integração regional, aprofundaram a regulação do Estado, adotando (em certos aspectos) políticas econômicas de cunho mais heterodoxo, inibiram o desmantelamento dos aparatos estatais, estancaram processos de privatizações, fomentaram o crescimento do trabalho formal, bem como avançaram na política social, reequiparam o funcionalismo público e os serviços públicos etc.

A derrota da Alca (2005) e a forte oposição aos tratados e às políticas de livre-comércio promovidas pelos Estados Unidos, bem como a sua política de “guerra infinita” (onde apenas a Colômbia aderiu explicitamente), o lançamento da Alba (Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Honduras e Nicarágua), o Banco do Sul, o gasoduto-continental, bem como a criação da Unasul e da Celac, a proposta de um Conselho Sul-Americano de Defesa, e o fortalecimento do Mercosul (também pelas adesões da Venezuela e Bolívia), deram um caráter muito mais promissor de integração regional sob outros moldes.

É certo que tudo isso fortaleceu as respectivas economias nacionais, seus mercados internos e a indústria nacional, inclusive aprofundando a integração regional, mas sem romper com o neoliberalismo, com a hegemonia do capital financeiro em sua modalidade especulativa, mantendo elevadas taxas de juros, independência do Banco Central entre outras ações regressivas em muitos países. Ademais, México, Colômbia e Peru já vinham alinhados com o neoliberalismo estadunidense, objetivando o aprofundamento dos acordos de livre comércio e livre mobilidade dos capitais, o que resultou no aprofundamento da extração mineral, no pequeno desenvolvimento dos parques industriais e na deterioração das condições laborais. Em suma, o modelo neoliberal continuou hegemônico na região, não obstante os desgastes.

Depois de uma tentativa frustrada de golpe na Venezuela em 2002, a direita retomou a capacidade de iniciativa nos planos econômicos, políticos e ideológicos a partir de 2007.

Apesar de assumir diferentes posturas em cada país, essa contraofensiva adotou uma série de práticas comuns, tais como: a crítica da presença do Estado e de seus processos de regulação; qualquer atuação no sentido de reverter a regressividade das políticas tributárias; crítica da “corrupção”, mas sempre seletiva e centrada nos governos e no Estado; pró-autonomia dos governos regionais e contra a centralização estatal; denúncia de riscos no descontrole inflacionário e o conseqüente apoio para elevação das taxas de juros; o artifício do desabastecimento; defesa da “liberdade de imprensa” da mídia privada; golpes brancos, a exemplo do que ocorreu em Honduras, no Paraguai e mais recentemente no Brasil; críticas aos processos de integração regional (e com o Sul global), do Mercosul, da Unasul, da Alba, do gasoduto- continental, do Banco do Sul, do Conselho de Segurança da América do Sul, dos BRICS, etc.

Suas plataformas apontaram para uma retomada dos Estados mínimos, com menos impostos, retomada dos processos de privatização e desnacionalização, diminuição dos gastos estatais, mais abertura das economias e acentuação dos processos de precarização das relações de trabalho, das políticas sociais, das perdas de direitos etc. Valendo-se de seu enorme poderio econômico, midiático e jurídico, conseguiram desestabilizar governos de centro e de esquerda e movimentos sociais em vastas partes de toda a região, demonstrando o quão frágeis foram as esperanças e os avanços conquistados rumo ao processo de integração mais solidária e complementar, a maior autonomia, a superação de nossas condições periféricas, subdesenvolvidas e dependentes.

4. A América Latina entre o passado e o futuro

Há muito que os trinta e três países da América Latina (doze na América do Sul, vinte na América Central e no Caribe, e o México), além dos vários territórios pertencentes ou associados aos Estados Unidos, Inglaterra, França e Holanda, têm em comum o desafio de superar a condição periférica, o subdesenvolvimento, a dependência e erigir democracias de ampla participação. Até o presente não superamos nossa condição periférica, não vencemos as “grandes falhas” do capitalismo periférico, a começar por nossa inserção internacional dependente, nossa especialização inadequada e de baixa diversidade produtiva, com níveis de produtividade muito distintos entre os setores produtivos (a heterogeneidade estrutural) e o subdesenvolvimento daí decorrente.

Ainda estamos submetidos a deterioração dos termos de troca, fundado numa especialização produtiva que mantém insuficiente a dinâmica das nossas economias, incapaz, portanto, de incorporar elevada oferta de mão de obra e reduzir alarmantes taxas de desemprego na região. Também ineficiente para superar os desequilíbrios externos e seus persistentes problemas de balanço de pagamentos, apenas suavizados em alguns

momentos mais favoráveis da conta corrente durante a fase ascendente do ciclo econômico (caso do último período mais progressista). Por outro lado, sempre tencionada pelas contas de renda e de capital, dado o tratamento mais liberal de (des)usos do capital estrangeiro, incorporado indiscriminadamente. Caberia ainda mencionar as apropriações e usos dos excedentes que sistematicamente tem gerado estruturas econômico-sociais desiguais.

No plano das estruturas institucionais, o que se percebe são orientações inadequadas ao maior investimento e ao progresso técnico, a começar pela atuação do Estado na economia - muitas vezes desprovidas de incentivos a planos voltados ao desenvolvimento (e programas anticíclicos). Daí as fortes tendências em aprofundar os poucos privilégios e as múltiplas exclusões e conflitos na região, que deveriam ser extenuados pelo aprofundamento do processo democrático e melhor uso do excedente social, tanto do que fora feito pelas forças autônomas de mercado como por cúpulas de Estados autoritários.

Sobre esta questão é importante recordar que Raúl Prebisch elaborou um conjunto de aportes analíticos ao estruturalismo cepalino e ao debate latino-americano sobre o desenvolvimento, que a seu tempo teve forte impacto intelectual na América Latina e em especial no Brasil. As políticas de desenvolvimento propostas há muito por ele perderam, primeiro, adesão desde o fim do período desenvolvimentista e a ascensão e espraiamento do modelo neoliberal. Depois, foram de certo modo retomadas durante quase duas décadas de "onda progressista".

Atualmente, o que assistimos na região é o aprofundamento de nossa condição periférica, do subdesenvolvimento, da maior dependência e da democracia restrita e mesmo autocracia (os últimos golpes de Estado foram dados em Honduras (2009), no Paraguai (2012), no Brasil (2016) e na Bolívia (2019). A contraofensiva neoliberal não tardou, e mais recentemente vem alargando os seus espaços de atuação de formas mais abrangentes quando comparados à preponderância do ciclo progressista na região.

Descompasso que em apenas poucos anos vem demonstrando regressões nos planos econômicos, político e social, e o quão frágeis foram as duras conquistas das décadas passadas. A começar pelo emprego excessivo da cartilha ortodoxa de controle de preços à custo de baixas taxas de crescimento econômico e ganhos cada vez mais expressivos de setores ligados ao rentismo- ala bastante contestada por Prebisch em sua trajetória intelectual.

De um mesmo modo é importante destacar que em múltiplos aspectos, a América Latina é certamente hoje mais pobre do que foi sob os governos progressistas e mais revolucionários. Cifras recentes da CEPAL demonstravam que a região vinha apresentando uma trajetória de baixo crescimento econômico nos últimos setes anos,

numa média de 0,4% entre os anos de 2014 e 2019. O período entre 2009-2016 registrava um infausto desempenho no comportamento do investimento (aspecto fundamental da análise de Prebisch relacionada à (in)suficiência dinâmica) quando comparados a outros períodos recentes. A formação bruta de capital fixo expandia-se apenas 0,94% em média nesses últimos anos, ao passo que entre 2003 e 2008, o investimento aumentou em média 10% ao ano em termos reais. (Cepal, 2018a, b).

O cenário de 2018 apresentava um crescimento nos desocupados, chegando à ordem de 22,9 milhões de pessoas, tendo uma taxa de desemprego urbano de 9,3%. E apesar dos avanços no combate à pobreza e extrema pobreza entre o início do novo milênio e meados da segunda década deste¹⁴, desde então vive-se grandes retrocessos. Em 2014 havia 164 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza e 46 milhões na extrema pobreza, ao passo que as projeções para 2018 apontavam para 182 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 63 milhões na miséria. (Cepal, 2018a).

Ademais, a região seguiu como a mais desigual do mundo. Os avanços para superar tal quadro apontam para um caminho estanque. Entre os obstáculos ao desenvolvimento, estão os altos níveis de desigualdade que dificultam a erradicação da pobreza e miséria, a ampliação da cidadania e ao exercício dos direitos à governabilidade democrática. Nos termos de Prebisch, uma maior igualdade é condição à eficiência dinâmica do sistema econômico.

Considerando as duas últimas décadas na região, desde 2000, observamos uma trajetória de diminuição da desigualdade segundo levantamento mais recente da Cepal. Ou seja, a média simples do coeficiente de Gini de 18 países baixou de 0,543 em 2002 para 0,466 em 2017. Entretanto, este movimento de redução se desacelerou, pois a diminuição anual média do índice foi de 1,3% entre 2002 e 2008, porém caiu para 0,8% entre 2008 e 2014 e estancou no período de 2014 a 2017, passando a somente 0,3%. (Cepal, 2018c).

Já a participação na renda nacional dos rendimentos do trabalho tem apresentado uma trajetória de baixa, reproduzindo uma característica histórica das economias latino-americanas e caribenhas. Todavia, desde meados da década de 2000, a participação da massa salarial na renda total cresceu em 8 dos 15 países da região analisados, destacando-se os países da América do Sul neste período. A partir de 2005, o crescimento econômico médio da região esteve diretamente associado a este indicador (tendência comprometida ainda pela crise de 2009), mas que perdurou até o ano de 2014 (ano este em que se observou conseqüentemente as mais baixas taxas de desemprego e pobreza).

Desde então, há um arrefecimento do aumento da participação da massa salarial na renda

¹⁴Segundo dados apresentados no Panorama Social da CEPAL (do ano de 2018a), em 2002 haviam 226 milhões de pessoas vivendo na condição de pobreza e 57 milhões em situação de extrema pobreza.

nacional média da região, embora se observe uma alta heterogeneidade entre os países.¹⁵ E aqui vale lembrar que em seus últimos escritos (particularmente em “Capitalismo periférico: crise e transformação”, publicado em 1981) e anos de vida, Prebisch confere grande importância a apropriação do excedente pelas distintas classes sociais, e chega a propor a gestão autônoma das grandes empresas pelos trabalhadores, com o Estado regulando o uso social do excedente. Chega mesmo a propor a transformação do sistema vigente, radicalizando assim o seu reformismo de outrora.

E é mesmo de radicalidade do que precisamos diante deste momento nada animador frente as perspectivas futuras para a América Latina. A queda do produto interno bruto (PIB) regional (-7,1% em 2020) e o impacto da crise no emprego e na renda dos trabalhadores apresentado nos relatórios recentes da CEPAL e da Organização Internacional do Trabalho confirmam essa emergência.

O próprio relatório “*El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID- 19)*” produzido em junho de 2021 pelas duas instituições, projeta um aumento da taxa de desemprego de pelo menos 3,4 pontos percentuais, atingindo uma cifra equivalente a mais de 11,5 milhões de novos desempregados. Em outro documento da CEPAL de 2020¹⁶, fica claro como a atual crise tem produzido mudanças estruturais na organização produtiva, no comércio e no modelo atual de globalização, com implicações no mundo do trabalho e na renda.

Nesse último aspecto, as perspectivas para o curto prazo demonstraram significativa deterioração: queda expressiva nas rendas domiciliares; aumentos de 4,4% na taxa de pobreza, de 30,3% (2019) para 34,7% (2020), e de 2,5% na taxa de pobreza extrema (de 11% (2019) para 13,5% (2020) –, o que representa cerca de 29 milhões a mais de pessoas em situação de pobreza e 16 milhões a mais de pessoas em situação de pobreza extrema.

De um modo ou de outro, todos esses documentos revelaram que os países da América Latina e do Caribe continuam a ser mais desiguais que os de outras regiões com níveis de desenvolvimento semelhantes, e que os seus indicadores sociais seguem abaixo do esperado para o seu desenvolvimento.

¹⁵Em relação a evolução dos salários reais do emprego formal, os dados apontavam para uma desaceleração dos aumentos interanuais na média de 11 países. Chamava atenção os países sul-americanos, já que na média (de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai) o aumento dos salários reais desacelerava de 1,9% em 2017 para 0,5% durante os primeiros três trimestres de 2018. Destaque para a contração dos salários reais na Argentina e o aumento de menos de 1% no Brasil, Paraguai e Uruguai. (CEPAL, 2018a). A precarização no mundo do trabalho informal crescia na região, sobretudo pela aprovação recente da (contra)reforma trabalhista no Brasil, com drásticas consequências para sua classe trabalhadora.

¹⁶Ver Cepal <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-covid-19-levara-maior-contracao-atividade-economica-historia-regiao-caira-53>>, consultado em 13 de junho de 2020.

5. Considerações finais

Embora reconheçamos a dificuldade de conciliação das incertezas do período recente com a época de instabilidade do século XX pelo qual Prebisch escreveu, não podemos deixar de destacar a importância das contribuições do economista e sua incansável sede de mudanças. Passadas mais de sete décadas depois das suas primeiras propostas acerca da dicotomia centro-periferia, seguimos à margem do processo de desenvolvimento em um futuro que não apresenta bom augúrio, mas que ainda não está definido em termos políticos.

Os últimos acontecimentos com as revoltas populares do chamado “outubro vermelho” em 2019 demonstram sinais desta incerteza. O clamor das ruas em várias partes do território latino-americano ecoou a insatisfação com os desígnios do período neoliberal que acirrou a desigualdade na região. Um bom exemplo deste descontentamento é o Chile - onde eclodiram maciças manifestações que obrigaram o presidente Piñera a pedir publicamente “perdão ao povo pela falta de atenção aos problemas sociais que se acumulavam a décadas”.

Manifestações parecidas se contrapondo às medidas austeras e reivindicando maior atenção dos governos foram vistas em outros países. No Equador, onde o movimento indígena e popular conseguiu impor uma agenda ampla de demandas plurinacionais, ecológicas e feministas contrárias às proposições liberais do governo de Lenín Moreno. Na Bolívia, a convocação de novas eleições presidenciais mediante a luta popular indígena contra as forças golpistas do país, demarca uma tentativa de reverter a barbárie.

Na Colômbia, uma greve geral, realizada em novembro de 2019, revelou que a contestação ao modelo neoliberal está pautada cada vez mais na ordem do dia. Além disso, quase dois meses após o início dos distúrbios que desafiaram até o pior pico da pandemia, a Colômbia continua a ser abalada por um cenário de indignação e protestos. Embora o comitê nacional de greve - que reúne centrais sindicais e trabalhistas - tenha decidido suspender temporariamente as mobilizações em massa até julho, centenas de jovens ainda estão nas ruas da capital Bogotá e de outras cidades (EI País, 2021).

Já nas principais economias do subcontinente, a situação política, econômica e social também se reveste de indefinições. No México, ainda em 2018, com a volta de um governo de centro-esquerda, a tarefa tem sido cheia de obstáculos. Em um país que nos últimos anos inseriu-se de modo subalterno em um modelo liberal ortodoxo, que traz consigo a corrupção em todos os níveis da vida política, o presidente eleito, López Obrador, tem o desafio de enfrentar graves problemas sociais num cenário de pífio crescimento econômico. Da mesma maneira, a Argentina com a volta ao poder do peronismo pela eleição de Alberto Fernández em 2019, tenta retomar os compromissos progressistas e sair

da recessão econômica que já perdura por dois anos, além de encontrar meios de administrar sua onerosa dívida pública depois da herança liberal do governo Macri.

No Brasil, o governo do militar reformado Jair Bolsonaro, numa luta insana contra o fantasma do comunismo, conjuga crise econômica, social e ambiental às políticas que privilegiam o desmonte do Estado e o aprofundamento da barbárie no país. A reprodução de estratégias dessa natureza alinha-se com as desastrosas políticas interna e externa conduzidas pelo atual (des)governo. Do outro lado da fronteira dos estados brasileiros do Amazonas e do Acre, o Peru, parece viver o desfecho de mais uma eleição tumultuada. Confronto que é reflexo da disputa entre a herdeira do ditador Fujimori e Pedro Castillo, professor primário e sindicalista de uma aldeia remota.

Enfim, diante de todas as indefinições, a certeza que temos é a de que na esteira da pandemia protagonizada pelo novo coronavírus, a situação da América Latina segue dramática. A precariedade dos sistemas públicos de saúde e as decisões negacionistas de alguns governos autoritários como no caso do Brasil, somam-se a uma situação econômica anterior que escancara ainda mais os enclaves do nosso subdesenvolvimento e a falta de uma política efetiva de integração latinoamericana, tornando as construções de alternativas de superação do modelo neoliberal ainda mais urgentes. O legado teórico de Prebisch pode nos ajudar nessa tarefa.

Bibliografía

- Bielschowsky, Ricardo. (2000). *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Boron, Atílio A. (2006). Estado. In: Sader, Emir & Jinkings, Ivana (Coord.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Braga, Márcio Bobik. (2012). *Integração e Desenvolvimento na América Latina: a Contribuição de Prebisch e da Cepal*. São Paulo: AnnaBlume e PROLAM/USP.
- Cano, Wilson. (2006). Economia. In: Sader, Emir, Jinkings, Ivana, Nobile, Rodrigo e Martins, Carlos Eduardo (coords.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo : Boitempo.
- Cepal y OIT. (2021). "El trabajo em tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)". *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, N° 24 (LC/TS.2020/46). Santiago, 2021.
- Cepal. (2018a). *Estudo Econômico da América Latina*. Santiago de Chile: Cepal.
- Cepal. (2018b). *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe*. Santiago de Chile: Cepal.
- Cepal. (2018c). *Panorama Social da América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Costa, Jales Dantas. (2016). "Novos movimentos sociais na América Latina". *Revista Oikos*, v.15, n°1.
- Dosman, Edgar J. (2011). *Raúl Prebisch (1901-1986): A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado.
- El País. *América do Sul, a grande convulsão*. [S.I.] 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-20/america-do-sul-a-grande-convulsao.html>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- Love, Joseph L. (1998). *A construção do Terceiro Mundo*. São Paulo: Paz e Terra.
- Oliveira, Francisco. (1995). Balanço do neoliberalismo. In: Gentili, p. & Sader, e. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. RJ: Paz e Terra.
- Oliveira, Francisco. (2006). Brasil. In: Sader, Emir, Jinkings, Ivana, Nobile, Rodrigo e Martins, Carlos Eduardo (coords.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo : Boitempo, 1ª ed., p.189-233.
- Prebisch, Raúl. (1949). *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*. Cepal, Santiago de Chile.
- Prebisch, Raúl. (1951). Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. In: Prebisch, Raúl (1954). *La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericana*. In: Gurrieri, Adolfo. *La obra de Prebisch en la Cepal*. El Trimestre Económico. México, 1982.
- Prebisch, Raúl. (1963). *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. RJ: Fundo de Cultura.
- Prebisch, Raúl. (1973). *Transformação e desenvolvimento: a grande tarefa da América Latina*. Rio de Janeiro: FGV.
- Prebisch, Raúl. (1976). "Crítica al capitalismo periférico". In: *Revista de la Cepal*.
- Prebisch, Raúl. (1981). *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México, DF: Fondo de Cultura Económica.
- Prebisch, Raúl. (1982). *Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo*. El Trimestre Económico, México, v.50, n.198, 1983.
- Ricardo, David. (1982). *Princípios de economia política e tributação*. SP: Abril Cultural.
- Rodriguez, Octavio. (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Rodriguez, Octavio. (2009). *O Estruturalismo Latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rosemann, Marcos Roitman. (2006). "Neoliberalismo". In: Sader, Emir. & Jinkings, Ivana. *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, p.848-855.
- Sader, Emir. (1995). "Balanço do neoliberalismo". In: Gentili, P. & Sader, E. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. RJ: Paz e Terra.
- Sader, Emir. (2009). *A nova toupeira*. São Paulo: Boitempo.
- Salazar. José Manuel. (1993). "El resurgimiento de la integración y el legado de Prebisch". *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 50.
- Silva, Vinícius Figueiredo (2017). *A problemática do desenvolvimento revista: industrialização e neoestruturalismo da*

- CEPAL. Dissertação (Mestrado), Campinas: IE/Unicamp, São Paulo.
- Tavares, Maria da Conceição. (1972). *Transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina*. In: Tavares, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar.
- Vásquez, Juan. Noyola. (1998). "Inflacion y desarrollo económico en Chile y México". In: CEPAL, *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal* – Textos Seleccionados, p.273-286.